



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

GT: Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL URBANO NA CIDADE DE NATAL

Osmar Faustino de Oliveira¹

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi analisar o desenvolvimento territorial urbano na cidade de Natal, a partir da elaboração do Índice Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU). O IDTU é composto por duas dimensões: Qualidade de Vida (QV) e Estrutura Urbana (EU). Estas dimensões se compõem por variáveis a saber, respectivamente: a dimensão Qualidade de Vida (QV) foi determinada considerando-se as variáveis Emprego Formal Urbano (EF); PIB per capita Urbano (PU); Despesa Municipal com Urbanismo e Habitação (UH); Grau de Instrução da População Municipal (GI); População Economicamente Ativa (PEA). A segunda dimensão Estrutura Urbana (EU) foi elaborada considerando-se as variáveis Transporte Coletivo Urbano (TC), Investimento Municipal (IM); Despesa com Saúde e Saneamento Municipal (SS); Receita Orçamentária Municipal (RO). A partir da coleta dos dados utilizou-se o IDTU para medir o nível de Desenvolvimento Territorial Urbano. Com os resultados, percebeu-se que a cidade de Natal se manteve estagnada no período de análise em relação ao Desenvolvimento Territorial Urbano.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Urbano. Qualidade de Vida. Estrutura Urbana.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo se agrega à discussão do desenvolvimento territorial e urbano, já que a definição e compreensão desses processos de desenvolvimento estão em evolução, pois são pouco explorados na literatura acadêmica. É possível comprovar isso por meio da busca nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)² e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³, na qual não foi encontrado o termo

¹ Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE). Graduado em Ciências Econômicas (UFRN). Licenciado em Geografia (ETEP) e Licenciado em Pedagogia (INTERVALE). E-mail: osmarfaustino@yahoo.com.br

²

Disponível em: <https://www.periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>. Acesso em 15 jul. 2024.

³

Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=DESENVOLVIMENTO+TERRITORIAL+URBANO&type=AllFields>. Acesso em 15 jul. 2024.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

“desenvolvimento territorial urbano” e “território urbano” juntos no rol de textos publicados até 2021, quando esse estudo se iniciou. Apenas foi encontrado o termo “desenvolvimento territorial” ou “desenvolvimento urbano”, mas como conceitos em separados.

Antes da definição de desenvolvimento territorial e urbano é necessário entender o que é o desenvolvimento. Segundo Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento é entendido como um fenômeno histórico, que se dá ao longo do tempo. Ele passa a incidir nos espaços que avançam no modo de produção capitalista, caracterizado pelo avanço da produtividade e da renda por habitante, seguido por acúmulo de capital e incremento no progresso. Ou seja, de um lado se expandem as atividades produtivas que incrementam o emprego e a produtividade, aumentando o acesso à renda, e de outro melhoram-se as condições de produção e habitat.

Na concepção de Furtado (1984), o desenvolvimento compreende transformações estruturais que acontecem a partir de um determinado sistema de valores e composição social. O desenvolvimento não ocorre de forma natural, sendo o resultado de decisões adotadas por sujeitos inseridos dentro de uma conjuntura social e que ocupam posições de força no sistema de uma determinada sociedade, motivando os rumos desse processo. Ao se desenvolver, uma sociedade transtorna sua estrutura produtiva, contudo, sua escala de valores, o grau em que a renda se desenvolve e o equilíbrio de forças tende a modificar-se ao longo do período. Para compreender um acontecimento com esta natureza, o conhecimento fornecido pela teoria econômica era considerado escasso. Dessa forma, era indispensável uma visão completa da ação de uma transformação no modo de pensar da sociedade, em múltiplas escalas espaciais – no caso dessa pesquisa, a territorial e a urbana.

Mais recentemente, dentre as interpretações de desenvolvimento territorial, Saquet (2019) o define como a vivência de vínculos, conexões produtivas, tradições e inovações, analogias de confiança, reconhecimento e identidade entre sujeitos e empresas. Essa modalidade de desenvolvimento contém mudanças e permanências, como também as memórias e identidades, relações de pertencimento e confiança do local, redes de cooperação e especialização produtiva, concorrência e dominação.

Logo, um dos identificadores mais apontados para demarcar a importância de um território são as vinculações entre identidade, cultura, sinergia e rede organizativa. Os vínculos compõem os gradientes de enraizamento, contorno, confiança, pertencimento, sinergia,



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

cooperação e solidariedade, assim como conhecimentos e ações centrais na grandeza do desenvolvimento territorial (Saquet, 2019).

Cabe chamar a atenção que a formação de um território exige inovações e capacidade criadora cujos motivos exigem pertencimento territorial, redes e capital social. Isso implica apoiar a criação de estrutura produtiva e melhorias na qualidade de vida, cujo processo é visto como um ecossistema formado pelos agentes socioeconômicos de um determinado espaço (Joyal, 2019).

Frente ao exposto, o território urbano significa um espaço que se reproduz por meio da infraestrutura, do adensamento populacional, das atividades econômicas e relações de poder. No contexto econômico, a reprodução do território urbano representa um espaço de práticas de reprodução do capital e da força de trabalho no espaço urbano.

Ou seja, a ideia de território urbano é envolvida com variáveis sociopolíticas, econômicas, geográficas, sociológicas, contextualizadas em relações de poder. As relações de poder refletem os interesses das empresas e do capital dentro do território urbano, a busca do lucro. Tal é a reprodução do espaço urbano como mercadoria, a exemplo de *urbe* mercadoria de Natal/RN, na qual ela é um território urbano, pois o capital assume grande relevância na reprodução da cidade e seu espaço.

Dentro do conteúdo exposto, o presente trabalho tem como foco estudar o Desenvolvimento Territorial Urbano de Natal/RN.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Território envolve questões políticas, sociais, econômicas e, em especial, relações de poder. Logo, é necessário entender seu significado. Dentre os autores brasileiros, um autor clássico para explicar a concepção de território é Milton Santos, que possui vários estudos sobre a temática.

Santos (1993, 2000, 2002) intitula que o território não é somente baseado na ideia de Estado-Nação. O autor, ao utilizar o termo território, assinala um conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, além de abrigar novas formas, podendo ser aperfeiçoado no período atual por lugares unidos e em rede. O território é idealizado como relação esclarecedora para o período contemporâneo, caracterizado pela globalização do



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

dinheiro e a transnacionalização dos intercâmbios, sob o padrão do meio técnico-científico informacional.

O território são as formas, mas o território usado também são os objetos e as ações, sinônimo de espaço humano e habitado. Atualmente, pode ser formado por lugares contíguos e em rede, pois seu uso pode ser definido pelo implante de infraestruturas de comunicação e logística, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade (Santos, 1993; 2001).

O território também é considerado como demarcado, construído e desconstruído por relações de poder, envolvendo atores que conquistam o território com as suas ações ao longo do tempo. Por conseguinte, essa delimitação pode não ocorrer de maneira concisa, podendo ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações econômicas e sociais em um determinado jogo de poder.

São categorias de análise do espaço territorial:

- a) Forma: é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, então, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. “As formas são governadas pelo presente, e enquanto se costuma ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções” (Santos, 2014b, p. 69);
- b) Função: “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (Santos, 2014b, p. 69);
- c) Estrutura: são as relações entre as partes da totalidade para que uma função seja proposta, executada ou justificada. Trata-se, portanto, das relações estabelecidas entre os aspectos revelados pela forma para que algum propósito seja alcançado (Santos, 2014b). A estrutura compreende os modos de uma organização de uma sociedade, a qual exige formas adequadas para o cumprimento das suas funções. A realidade social não se dá no caos, mas em uma ordem e organização;
- d) Processo: é a ação contínua, o movimento do passado para o presente em direção ao futuro, e que traz o dinamismo à forma, à função e à estrutura do espaço geográfico, transformando-as e sendo transformada por eles. A dinâmica da categoria processo, quando dividida em durações para priorizar um recorte analítico, geram diversos



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

momentos, os quais são responsáveis por contextualizar uma estrutura social, uma forma geográfica e uma função em um período específico (Santos, 2014b);

- e) Totalidade: é a realidade em sua integridade, que está em permanente movimento de reconstrução. Sua apreensão só é possível por meio da análise, isto é, da divisão, sendo as categorias do método geográfico os meios para que esta se realize em conjunto com a síntese. Este desafio requer “uma filosofia menor, isto é, uma meta geografia que ofereça um sistema de conceito capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista desta província do saber” (Santos, 2014a, p.114).

As categorias elencadas seriam as principais que devem ser consideradas na análise do espaço territorial, auxiliando na compreensão do território. O território é construído e contém uma estrutura organizada pelas suas categorias que podem mudar historicamente em conformidade com cada estágio de sociedade (Santos, 1978).

Por outro lado, Haesbaert (2012) argumenta que não existe um conceito claro de “território” nos debates acerca da desterritorialização, que é seu foco de análise. O autor entende que, numa relação dicotômica em relação à (re)territorialização, associada principalmente à predominância das redes.

Para Haesbaert (2004), a territorialização é o ato de se apropriar de um recorte espacial e torná-lo um território, enquanto a desterritorialização é o oposto da territorialização, pois é a perda de uma configuração de território. “Se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a problemática territorial – e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território” (Haesbaert, 2004, p. 35). Já a reterritorialização seria a criação de novos territórios.

Para Haesbaert (2012), o território é compreendido nas posições materialistas em três perspectivas: naturalista, econômica e jurídico-política.

- a) Perspectiva naturalista: pode ser entendida tanto a partir do comportamento animal, como da relação da sociedade com a dinâmica da natureza;
- b) Perspectiva econômica: o território é percebido como área “defendida”, em função da disponibilidade de recursos indispensáveis à reprodução social de certo grupo social. É o “espaço vital” ao espaço ótimo em termos dos recursos disponíveis para reprodução de um grupo social ou de uma forma mais geral, uma “civilização”;



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

c) Perspectiva da tradição jurídico-política: não se restringe à materialidade das relações sociais, em que o território é espaço qualificado pelo domínio de um determinado grupo humano e definido pelo controle e poder (Haesbaert, 2012).

Para Raffestin (1993), o território é a assimilação ou apropriação concreta ou abstrata do espaço por um ator sintagmático. Ou seja, o território é um espaço político de um ou mais atores mediatizados pelas relações de poder. Ambos não percebem território e rede de produção como antagonicos, mas como sinônimos.

Segundo Ferrera de Lima (2017), existem as economias territoriais que dependem de atividades motrizes e não obtêm a diversificação de suas atividades. De uma forma geral, essas economias territoriais são as que a taxa de crescimento econômico fica constante ao longo do tempo e são muito fragilizadas ao movimento dos ciclos econômicos. Isto é, ao longo do período, os territórios que se destacam são aqueles adequados em designar novas atividades econômicas, além da alta especialização, compondo novos atributos em elos de comércio e serviços.

Os territórios eficientes no crescimento econômico são os que possuem a aptidão de transformar a massa salarial e lucros em demanda interna, reinvestindo no próprio território, expandindo o acúmulo de capital, instigando inovações e especializações e, principalmente, diferenciando sua base produtiva. Por conseguinte, os lucros são repatriados para os territórios com grandes núcleos urbanos, em que são gerados investimentos e reinvestimentos em oposição ao interesse de seus territórios de origem (Ferrera de Lima, 2017).

O progresso e a continuação em um território com a dinâmica econômica determinam que as forças endógenas governem e sustentem uma estrutura produtiva que amplia atividades econômicas motoras e de base econômica, implantadas no comércio externo, como também, sendo apropriadas de estimular outros setores da economia voltados para o mercado interno. Então, essas atividades internas se unem com as atividades motoras, provendo matérias-primas ou bens e serviços. Essa correlação produtiva forma um conjunto conexo entre os setores produtivos em escala local. Contudo, ao longo do tempo pode interagir com outras cadeias produtivas em escala interterritorial (Ferrera de Lima, 2022).

A Figura 1 esboça como a atividade motora, assinalada por uma atividade produtiva privada ou até mesmo cooperativa, se implanta no mercado interno e externo, por meio da



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

demanda e oferta de bens e serviços, pelo convertimento dos meios de produção em produtos. Os mercados interno e externo se vinculam no território por meio do desempenho da atividade motora e geram conexões produtivas, atraindo as poupanças externas por meio de litígio ou aquisições (Ferrera de Lima, 2022).

Figura 1– Dinâmica Simplificada da Economia do Território



Fonte: Ferrera de Lima (2022 p. 52).

Ferrera de Lima (2022) considera a atividade motora como sendo elo entre oferta e demanda de bens e serviços, entre a entrada de rendas e os investimentos, a sinergia entre os sujeitos e as empresas, sendo a geradora das transações e da interdependência técnica entre os elos da cadeia produtiva. Compete notar que a atividade motora pode ser uma parte de atividade industrial, sendo uma composição de cota de serviços ou uma estrutura comercial, reunida de forma cooperativa ou privada, porém, desempenham uma finalidade de correlação sobre as demais atividades em seu entorno. Assim, sua atuação em um ambiente socioeconômico gera externalidades positivas, implicações e efeitos positivos para todos os elos da cadeia produtiva. A atividade motriz gera elos com atividades regionais por meio da sua competitividade e inserção no comércio inter-regional.

2.1 A CIDADE, A URBANIZAÇÃO E O TERRITÓRIO URBANO

Para um espaço ser considerado cidade, é necessário ter um número mínimo de habitantes, como também, uma infraestrutura que consinta minimamente as condições de vida



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

da população, mesmo que essa cidade seja dependente de outras que se encontrem conexas a ela.

A definição de cidade é muito importante para caracterizar o território urbano, pois é por meio desta caracterização que será definido o que é de fato o território urbano. Logo, é imprescindível conhecer e ter a concepção do significado do urbano. Este se caracteriza não apenas por um adensamento populacional, um conjunto de pessoas residindo em um mesmo espaço, prédios, casas, o concreto em si. O urbano vai muito além destas características, pois envolve relações econômicas, sociais, culturais, ambientais e, é claro, relações de poder em um determinado território urbano.

Corrêa (2004) define espaço urbano como fragmentado, articulado, reflexo, condicionalmente social, com símbolos e campo de lutas, sendo um produto social. É considerado um resultado de ações cumulativas através do tempo. Sendo assim, conta com agentes sociais concretos e não é algo abstrato.

Para Singer (1980, p. 13), “a origem da cidade se confunde, portanto, com a origem da sociedade de classes, a qual, no entanto a precede historicamente”. Dessa forma, a bipolaridade das relações entre o campo e a cidade é um efeito secundário da luta de classes. O campo gera um excedente, ou seja, gera produção, e tudo o que é produzido é comercializado na cidade, isto é, no urbano. Por conseguinte, será transformado industrialmente e redistribuído para a cidade, mostrando assim a superioridade econômica da cidade sobre o campo (Singer, 1980).

Singer (1980) relata que o desenvolvimento iniciou com a revolução industrial, que provocou um processo avançado de crescimento das cidades e criou o mercado urbano em detrimento das áreas rurais. De tal forma, ocorre uma concentração espacial das atividades no urbano, pois os arranjos institucionais permitem às empresas industriais organizarem a estrutura produtiva e aproveitar os benefícios da aglomeração. Sendo assim, a aglomeração industrial ocorre devido à necessidade da utilização de uma mesma infraestrutura de serviços, tais como a água, transportes, comunicações, bem como de economias externas.

A cidade é o ambiente urbano. A cidade e espaço urbano são, nessa definição, sinônimos. O que diferencia a cidade é o controle intensivo do ser humano sobre o meio ambiente. A cidade é, ao mesmo tempo, um espaço físico e social, sendo um lugar nos quais se estabelecem determinadas relações sociais que determinam a relação do ser humano com o



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

meio ambiente urbano. De tal modo, podemos definir a cidade ou espaço urbano como um espaço delimitado, marcado por determinadas relações sociais, classes, relações de produção e distribuição, ampla divisão social do trabalho e controle intensivo sobre o meio ambiente (Viana, 2016).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Monte-Mór (2006b) destaca que a efetiva passagem da cidade em direção ao urbano foi marcada pela entrada da indústria na cidade. O urbano e a urbanização iniciaram-se com a cidade industrial. Até o surgimento da indústria e sua concentração nas cidades, o processo de urbanização restringia-se a algumas poucas cidades onde o poder ou o mercado se concentravam. Então, escassos eram os agrupamentos humanos que na contemporaneidade poderiam ser chamadas cidades no tempo que precedeu a revolução industrial.

Então, o processo de urbanização, isto é, a cidade, se transformou no urbano com a industrialização, sendo esta a indutora do desenvolvimento e do povoamento para as cidades. Assim, gerou-se uma população consumidora do excedente que era produzido no campo.

A cidade industrial foi caracterizada pelo início da produção, se transformando na *urbe*, que passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor. O campo, antes hegemonicamente afastado e independente, passou a depender totalmente da cidade para sua própria produção, precisando das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos que a cidade oferece, chegando atualmente a depender totalmente da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico (Monte-Mór, 2006b).

Dessa forma, o urbano no mundo contemporâneo é esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões. O urbano é compreendido dessa maneira, é uma fusão da antiga dicotomia cidade e campo, um terceiro elemento nessa oposição dialética, é a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea.

Monte-Mór (1994) enfatiza que as relações do processo de industrialização direcionaram o processo de urbanização que gerou urbanização extensiva na periferia industrial. Seguindo uma discussão sobre a questão territorial nas periferias capitalistas e nas regiões



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

industriais, tiveram grandes impactos no processo de urbanização. É indissociável a relação entre espaço urbano, espaço rural, campo e cidade, pois eles estão interligados.

Monte-Mór (1994) traz o principal conceito da dinâmica contemporânea da organização do espaço social, que é a ideia da urbanização extensiva ou zona urbana, no qual pondera a dicotomia urbano-rural nos países industrializados e suas implicações políticas no direito à cidade, ao espaço do poder e da cidadania. Ou seja, na vida cotidiana e suas lutas políticas especializadas, na produção social do espaço em suas múltiplas implicações, incluindo a reprodução das relações de produção.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para tratar os dados e informações e caracterizar o Desenvolvimento Territorial Urbano na RMN, foi desenvolvido o IDTU no município de Natal/RN.

Para analisar a dimensão QV em Natal, foram consideradas as seguintes variáveis: Emprego Formal Urbano (EF); PIB per capita Urbano (PU); Despesa Municipal com Urbanismo e Habitação; Grau de Instrução da População Municipal (GI); e População Economicamente Ativa (PEA). As variáveis da EU foram: Transporte Coletivo Urbano (TC), Investimento Municipal (IM); Despesa com Saúde e Saneamento Municipal (SS); e Receita Orçamentária Municipal (RO). Os dados estão detalhados na Tabela 1.

Tabela 1 – Dados e fontes usados na pesquisa.

DADOS	FONTES	DIMENSÃO
Emprego Formal Urbano (EF)	RAIS/MTE	QV
PIB Urbano (PU)	IBGE; IPEADATA	QV
Despesa com Urbanismo e Habitação (UH)	IPEADATA	QV



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

Grau de Instrução (GI)	RAIS/MTE	QV
Investimento Municipal (IM)	IPEADATA	EU
Transporte Coletivo (TC)	SENATRAN	EU
Despesa com Saúde e Saneamento (SS)	IPEADATA	EU
Receita Orçamentária (RO)	IPEADATA	EU
PIB Per capita (PP)	IBGE; Ministério da Economia	QV
População Urbana (POU)	RAIS/MTE	QV
População Total (POPTotal)	IBGE/PNAD	QV
PEA Urbana (PEAU)	RAIS/MTE	QV
Área urbana	IBGE	Média IDTU

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A QV é composta pelas variáveis: Grau de Formalização da Força de Trabalho Urbana (GF), Participação do PIB per capita Urbano Municipal (PIBp), Participação da Despesa Municipal de Urbanismo e Habitação (PDM) e Participação da População Instruída na População Total (GPOP). Cada variável possui um peso de 0,25.

Já a dimensão EU é composta pelas variáveis: Participação do Investimento Municipal (PIM), Participação do Transporte Coletivo na Mobilidade (TCM), Participação da Receita Orçamentária Municipal em R\$ (PROM) e a Participação das Despesas com Saúde e Saneamento (PDSS). Igualmente à dimensão QV, cada variável possui um peso de 0,25.

Para fazer a estimativa da dimensão QV de cada município foi necessário realizar a estimativa de indicadores, quais sejam: grau de formalização da força de trabalho urbana (GF); participação do PIB per capita urbano municipal (PIBp); participação da despesa municipal de urbanismo e habitação (PDMU); e participação da população instruída na população total (GPOP).

Para a estimativa da QV foi estimado a conforme equação (01):

$$QV = (GF*0,25 + PIBp*0,25 + PDM*0,25 + GPOP*0,25) * 0,5 \quad (01)$$

Para fazer a estimativa da dimensão Estrutura Urbana (EU) de cada município foi necessário realizar a estimativa dos seguintes indicadores: Participação do Investimento Municipal (PIM); Participação do Transporte Coletivo na Mobilidade (TCM); Participação da Despesa com Saúde e Saneamento Municipal (PDSS); Participação da Receita Orçamentária



Municipal (PROM). Para obter a estimativa da dimensão EU foi necessário estimar a equação 02:

$$EU = (TCM*0,25 + PIM*0,25 + PROM*0,25 + PDSS*0,25) * 0,5 \quad (02)$$

Feita a coleta dos dados, estimado os indicadores e suas respectivas dimensões, na sequência foi estimado o Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU) de Natal/RN (03):

$$IDTU_i = QV_i + EU_i \quad (03)$$

Em que:

IDTU = Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano do município i;

QV = dimensão qualidade de vida do município i;

EU = dimensão estrutura Urbana do município i.

Com a realização da equação (03) se obtém o Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

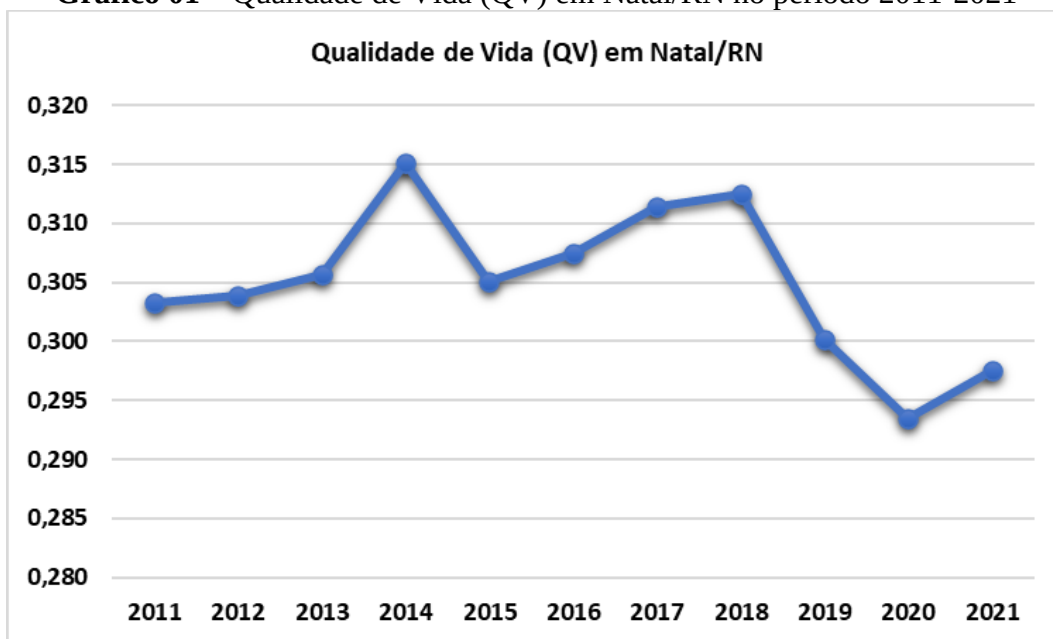
O valor nominal da Qualidade de Vida (QV) da cidade de Natal/RN teve crescimento de 2011 a 2014, logo após, sofreu uma queda no indicador. Parte dessa queda é explicada pela crise política e econômica de 2015, que reduziu a atividade econômica e teve impacto na capacidade das gestões municipais em manterem o ritmo das despesas públicas.

Em Natal, no ano de 2015 a despesa com Urbanismo e Habitação reduziu -55,6%. O PIB da indústria em 2015 teve uma redução de -3,8% em relação ao ano anterior, podendo ser explicado pela crise em que o país se encontrava na concepção de Paula e Pires (2017). O PIB do setor de serviços obteve um crescimento de 1,4%. O PIB Urbano em Natal teve um crescimento de 0,3%. Na sequência, o indicador voltou a crescer até 2018. Em 2019 e 2020 ocorreu novamente uma queda, neste caso o efeito da epidemia de COVID-19 afetou significativamente o setor de serviços. Em 2021, a QV voltou a melhorar na cidade de Natal/RN. Mas, vale



destacar que mesmo obtendo essa melhora em 2021. O início do período em 2011 se sobressaiu ao final dele.

Gráfico 01 – Qualidade de Vida (QV) em Natal/RN no período 2011-2021



Fonte: (Resultado da pesquisa). Com base nos dados do (RAIS/MTE; IPEA/DATA; IBGE).

No Gráfico 02, a dimensão Estrutura Urbana (EU) em Natal/RN, observou-se o comportamento tanto no início da série (2011) bem como no final (2021). Logo, é possível identificar que o município de Natal obteve um elevado indicador nesse recorte temporal. Além de ter uma elevada população e grande densidade urbana populacional, o município também tem 100% do seu perímetro como urbano. Então, conseqüentemente, suas despesas com a dimensão Estrutura Urbana (EU) foram bastante elevadas e concentradas no perímetro urbano em relação a outros municípios. Porém, comparando o período inicial e o final, Natal obteve uma redução da dimensão EU de -3,8%.

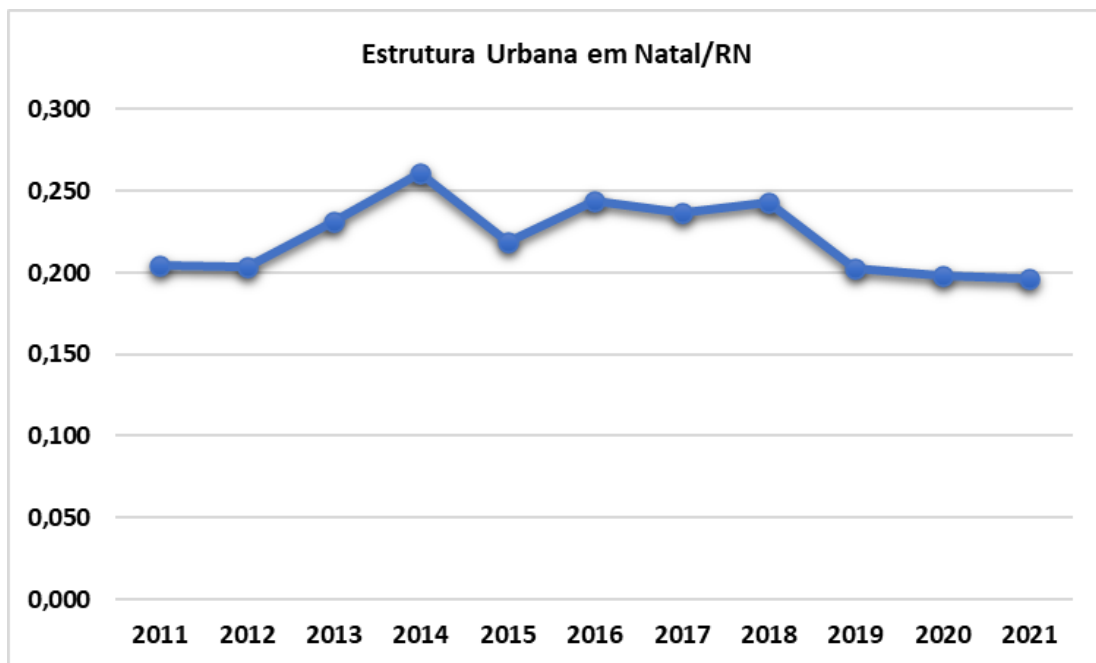
Gráfico 02 – Estrutura Urbana (EU) em Natal/RN no período 2011-2021



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024



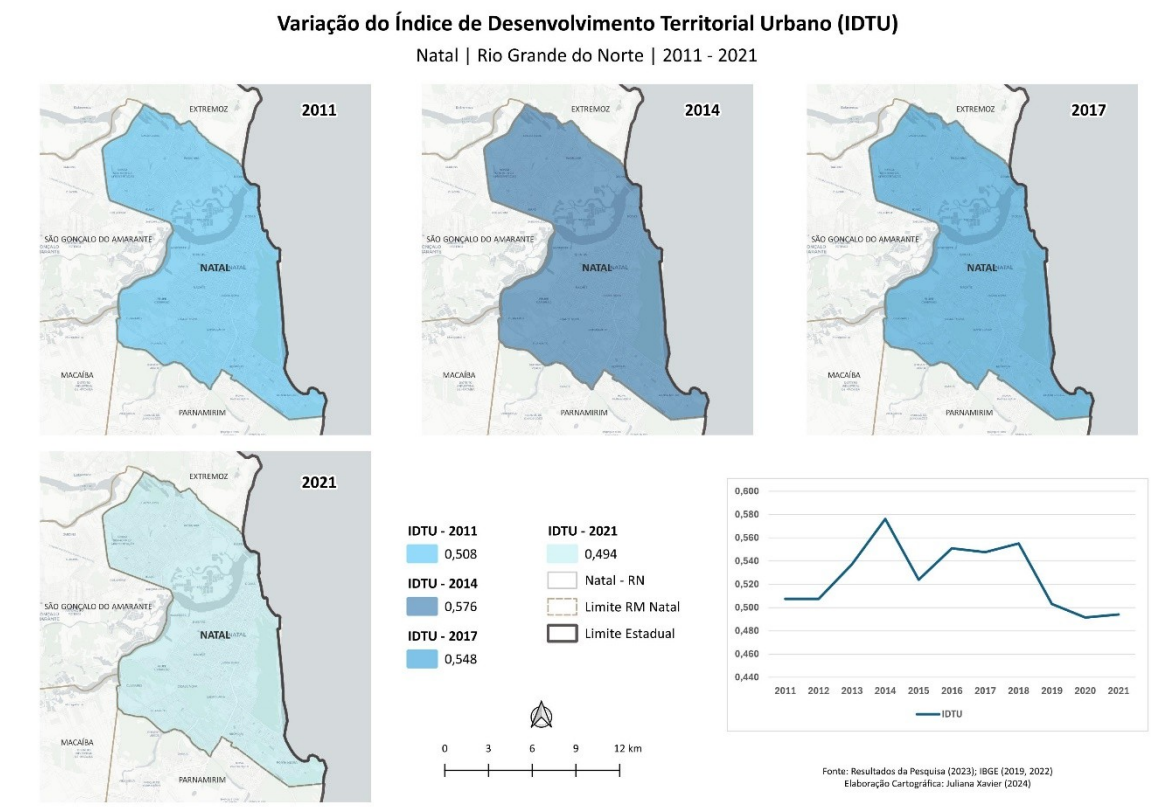
Fonte: Resultado da pesquisa, com base nos dados do Ministério da Infraestrutura, SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito; IPEA/DATA; IBGE.

Em 2011, o IDTU de Natal apresentou 0,508 e até 2014 a tendência foi de crescimento, vindo a sofrer uma redução a partir de 2015, relacionado com o desempenho da QV, afetado pela crise política e econômica brasileira do período.

O município de Natal se destacou com elevado IDTU, porque é 100% urbana. Ou seja, ela concentra seu orçamento público focalizado apenas no espaço urbano. Logo, por conta da sua natureza turística e sede administrativa, existem maiores receitas em serviços e comércio por habitante e que são exclusivas do ente município, bem como investimentos com saneamento, habitação, urbanismo e saúde na área urbana e zero em área rural. Porém, ao longo dos anos houve redução do indicador territorial.



Figura 02 – Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU) em Natal/RN (2011-2021).



Fonte: Resultado da pesquisa, com base nos dados do Ministério da Infraestrutura, SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito; IPEA/DATA; IBGE; RAIS/MTE; IBGE.

É possível observar na Figura 02 que o IDTU foi mais significativo no ano de 2014. Ou seja, em 2011, o IDTU de Natal apresentou 0,508 e até 2014 a tendência foi de crescimento, vindo a sofrer uma redução a partir de 2015, relacionado com o desempenho da QV, afetado pela crise política e econômica brasileira do período. A partir de 2017, o IDTU obteve uma tendência de queda.

A cidade de Natal/RN como é 100% urbana, sendo assim, denominada como cidade, é o núcleo da RMN. É importante ressaltar que Natal obteve o maior IDTU em relação aos demais municípios, isso pode ser explicado pois, o presente estudo tem como objetivo principal identificar o desenvolvimento territorial urbano municipal. Isto é, Natal se sobressair em relação aos demais município porque é uma cidade totalmente urbana, logo, as despesas com o urbanismo, habitação, saúde e saneamento são maiores que os demais municípios.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar o desenvolvimento territorial urbano em Natal/RN no período de 2011 a 2021 por meio da estimativa do Índice de Desenvolvimento Territorial Urbano (IDTU).

A hipótese inicial do presente estudo era de que o desenvolvimento territorial urbano fortaleceu o município de Natal. Mas, os resultados da pesquisa demonstraram que Natal se manteve com baixo dinamismo ou estagnados ao longo da série história estudada.

Diante dos resultados obtidos neste estudo observou-se que para haver um melhor desenvolvimento territorial urbano é necessário maiores investimentos em infraestrutura urbana e qualidade de vida municipal. O investimento municipal e as despesas municipais são essenciais para obter tais resultados, pois implicam no aumento do emprego formal e no grau de instrução da população, que impactam no PIB per capita. Esse conjunto de investimentos geram crescimento econômico municipal sustentado e desenvolvimento humano ao longo do tempo.

As variáveis e os resultados do IDTU ilustraram a necessidade em investimentos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, pois junto com as despesas municipais em qualidade de vida, eles geram crescimento econômico e o desenvolvimento humano. Uma melhor gestão da dinâmica destas variáveis e a sua importância para um desenvolvimento territorial urbano eficaz. Consequentemente, esse deve ser o foco da governança do município de Natal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse preliminar do Censo Demográfico – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/censo2000sinopse.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sinopse preliminar do Censo Demográfico – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm>. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Radar social 2006**. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Relatório de Pesquisa: As**



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

dificuldades de governança na Região Metropolitana de Natal/RN. Brasília: Ipea, 2021.

Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10426/1/Pgmb_rm_natal_complemento_b.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito**. Brasília, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: o que é. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-203domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e> . Acesso em: 08 de ago. 2023a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **PDET - Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**: O que é a RAIS? Disponível em:

<<http://pdet.mte.gov.br/oque-e-rais>>. Acesso em: 08 de ago. 2023b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília: MTE, 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho – MTE. **PDET - Programa de Disseminação das**

Estatísticas do Trabalho: O que é a RAIS? Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/o-que-erais>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 mar. 2006.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

FERRERA DE LIMA, J. O crescimento econômico territorial. In: Bidarra, B. S.; Voll, F. A. P.; Ferrera de Lima, J. (orgs.). **Economia e desenvolvimento territorial**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2017.

FERRERA DE LIMA, J. **Economia territorial**: teoria e indicadores. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, v. 80, 1984.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

JOYAL, A. Do Desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). **Informe GEPEC**, v. 23, n. 3, p. 191-209, 2019.



MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: Diniz, C.C.; Croco, M. A. (Eds.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006a, p. 61-85.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 111, p. 09-18, 2006b.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

SANTOS, M. O retorno do território. In: Santos, M.; Souza, M. A. A.; Silveira, M. L. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: Oliveira, M. P.; Haesbaert, R.; Moreira, R. (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: PPGEU/UFF, 2002.

SANTOS, M. O retorno do território. In: Santos, M.; Souza, M. A. A.; Silveira, M. L. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 1978.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. SP/RJ: Record, 2000.

SAQUET, M. A. Território: a abordagem Territorial e suas implicações nas dinâmicas do Desenvolvimento. **Informe GEPEC**, v. 23, n.1, p. 23-39, 2019.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1980

VIANA, N. Movimentos sociais e espaço urbano. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 22, p. 1-159, 2016.